

14 MAR 1997

A raiz da injustiça

Um dos mote da campanha eleitoral do presidente Fernando Henrique Cardoso foi: "O Brasil não é um país subdesenvolvido; é um país injusto." O quadro ainda não é diferente. Recente estudo do Ipea sobre distribuição de renda no Brasil reforça o mote com outras palavras: "Pobreza é uma coisa, desigualdade é outra; a desigualdade não caiu muito depois do Real."

Pode parecer paradoxal que a desigualdade se mantenha, a despeito do inegável aumento de consumo entre os pobres. E que o Brasil continue amargando o último lugar em distribuição de renda, num grupo de 55 países. Mas o paradoxo se desfaz com uma observação do estudo: o consumo pode aumentar por força de fatores como a eliminação da inflação, sem que a renda mude de patamar. Como ela resulta da produtividade do trabalho, que por sua vez depende do acesso às oportunidades de educação, conclui-se que no país a raiz da desigualdade de renda está na desigualdade de educação. Em 1993, a Pesquisa Nacional de Amostras

por Domicílio já ensinava que a chance de não ter emprego é de 1,32% para quem tem diploma de nível superior, contra 15,68% para a população como um todo. E que a probabilidade de renda superior a 20 salários-mínimos mensais passa de 0,9% para 2,7%, para quem completa o Segundo Grau; e para 17,1%, para os que terminam o Terceiro.

Os que têm menos de um ano de escolaridade representam 23,15% dos que ganham até meio salário-mínimo; e 21,95% dos que ganham entre meio e um salário-mínimo.

A influência da educação sobre a renda, ou, como se diz, a sensibilidade da renda à educação é bem maior no Brasil do que nos Estados Unidos; lá, no entanto, a desigualdade na educação é bem menor. Aqui, um ano a mais de escolaridade tende a elevar o nível do salário

do trabalhador em 15%; nos Estados Unidos, em apenas 9%. A sensibilidade da renda à educação acentua a desigualdade, fazendo com que os aumentos de renda sejam apropriados pelas minorias. Em primeiro lugar, inevitavelmente, a minoria dos 10% detentores de diploma superior.

Inovação e cultura

PEDRO CLÁUDIO CUNCA BOCAYUVA

Pensar os obstáculos institucionais e sócio-culturais para a reestruturação produtiva tem sido um desafio para os estudiosos da relação entre um novo contrato social e as políticas industriais. Particularmente quando enfocamos o tema da precarização das relações de trabalho e da informalidade diante do impacto da globalização flexível, permeada pela onda longa de inovações ligadas à automação microeletrônica. Aqui duas opções se apresentam imediatamente: a orientação imediatista para uma reestruturação baseada em redução de custos do trabalho, que ainda se situa em marcos defensivos e subordinada à competitividade espúria (em termos humanos e ambientais); e a opção por estratégias ativas de mudança de ambiente micro e macroeconômico baseada na implantação de uma nova cultura técnica empresarial mais cooperativa. Nesse segundo caso envolvendo as políticas industriais e a infra-estrutura científica e tecnológica, bem como as políticas públicas ambiental e educacional, buscando uma inovação social sistêmica.

Se o investimento em educação pública regular, destacadamente no ensino elementar e médio, define um dos desafios de médio e longo prazos, no curto prazo o reforço do sistema público de emprego ganha destaque. Temos de desenvolver ações coordenadas que ultrapassem os limites do seguro-desemprego na direção da intermediação de mão-de-obra requalificando trabalhadores.

Temos de apostar, também, em alguns dos novos elos e preocupações que surgem no meio empresarial (como o PNBE), entre atores sociais (ONGs e sindicatos de trabalhadores) e nas ações locais de poderes municipais. Experimentalismo social positivo que, ao lado da reforma agrária, coloca os temas da economia popular e solidária como uma das possíveis alternativas estratégicas para melhorar a qualidade de vida dos excluídos e semi-excluídos urbanos e rurais.

Para aqueles que não podem esperar um cenário de desenvolvimento sustentável que resulte de êxitos educacionais futuros. Mesmo porque a melhoria educacional dos indivíduos somente lhes garante maiores possibilidades de disputar os empregos ofertados, mas não reverte as tendências excludentes e precarizadoras ligadas aos processos estruturais e conjunturais que reduzem a oferta de emprego.

Uma reforma educacional abrangente depende, para gerar um resultado sistêmico, de mudanças prévias na pactuação social para uma reestruturação empresarial e produtiva. Isso por percebermos os obstáculos representados pela diversidade regional, o dualismo social e a baixa cidadania existente. É urgente reverter esse quadro como parte da construção da matriz para novas formas de contrato social para um modelo alternativo de desenvolvimento.

Na disputa com a competitividade espúria até mesmo os velhos tigres asiáticos perdem para o *dumping* social das novas periferias. Qualquer mudança nas relações entre moedas e nos fluxos de investimento acaba por tornar qualquer pacto social rígido para o darwinismo crescente. Devemos observar as novas relações e programas de qualificação profissional e de regulações sociais que já começam a pulular na Europa Unida, ao invés de apostarmos na implantação pura e simples de mon-

A melhoria educacional... não reverte as tendências excludentes

tadoras modularizadas da segunda revolução industrial. O futuro das tecnologias de informação relacionará educação com qualidade sistêmica com esse sentido ético-político da inclusão social: Caso contrário teremos cenários de barbarie predatórios e promotores de uma nova pobreza até mesmo nos países avançados. Sempre haverá alguém mais ao Sul para substituir por trabalho mais barato e espúrio o que se perde de postos de trabalho no Norte.